

Diário do Legislativo de 12/07/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - MANIFESTAÇÕES

2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de repúdio pelo assassinato do jornalista Tim Lopes (Requerimento nº 3.410/2002, da Deputada Maria Olívia);

de congratulações com o radialista Helinho Dipe pelos 10 anos de seu programa "Show da Manhã" (Requerimento nº 3.427/2002, do Deputado Marco Régis).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

375ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 2/7/2002

A Deputada Elaine Matozinhos* - Sra. Deputadas, Srs. Deputados, colegas de Plenário, povo das galerias, telespectadores da TV Assembléia, tomo lugar nesta tribuna, pela enésima vez, para defender o fortalecimento da Defensoria Pública de nosso Estado e, assim, lutar por melhores condições de acesso à justiça pelo povo de nossas Minas Gerais. Refiro-me à necessidade de que este parlamento aprove em 2º turno, o quanto antes, e na forma solicitada pela representação dos Defensores, o Projeto de Lei Complementar nº 50/2002, que visa a organizar a Defensoria Pública do Estado, dando melhores condições de trabalho aos seus funcionários e viabilizando melhor atendimento à população carente de nosso Estado.

O Projeto de Lei Complementar nº 50/2002, recebido nesta Casa em 19/2/2002, desde então tem recebido a atenção de diversos parlamentares, que buscam atender os anseios do povo, encarnados nos pedidos e solicitações dos Defensores. Com esse espírito, em suas comissões temáticas, a Assembléia foi alterando o projeto enviado pelo Governo, de forma a dotar-lhe dos contornos constitucionais e dos caracteres necessários ao cumprimento de suas atribuições.

Dessa natureza são a independência administrativa e financeira da instituição, que foi garantida pelos Deputados nas comissões. São também a inamovibilidade, a irredutibilidade de vencimentos e demais garantias profissionais, além de outros aspectos de que não se descuidaram os parlamentares, ao aperfeiçoar o projeto do Governo.

E agora, nesta hora em que se aproxima o momento de votação em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 50, não podemos recuar de tudo aquilo em que já avançamos. Precisamos, ou melhor, o povo de Minas precisa que aprove o projeto com as correções que esta Casa, como Casa do povo, realizou, em nome do povo, no projeto original.

Desde que tomamos posse nesta Assembléia, ocupamos diversas vezes esta tribuna e apresentamos diversos requerimentos regimentais, insistindo para que o Governo do Estado enviasse para a aprovação dos representantes populares o projeto da Lei Orgânica da Defensoria. Fizemos isso incessantemente, individualmente ou por meio de bancada, sempre na esperança de poder dotar a Defensoria da organização a que sempre fez jus.

Finalmente, como resposta a esses apelos que, reconhecamos, não foram apenas desta parlamentar, o Governo do Estado enviou a esta Assembléia, em 19/2/2002, o Projeto de Lei Complementar nº 50/2002; em outras palavras, o tão ansiosamente aguardado projeto da lei orgânica da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

O projeto, contudo, muito embora tenha sido enviado, não contempla alguns dos mais importantes aspectos de que deveria necessariamente cuidar, o que tornou indispensável o trabalho desta Casa, que, respondendo a solicitações da população e da representação dos Defensores, realizou no 1º turno as alterações e aperfeiçoamentos necessários. Como resultado, conseguimos aprovar em 1º turno um projeto à altura do Estado de Minas, na forma do Substitutivo nº 1, com as Emendas nºs 10 a 17.

Agora, em pleno 2º turno do Projeto de Lei Complementar nº 50/2002, há um aparente recuo do Governo com vistas a não mais apoiar a sua aprovação na forma aperfeiçoada, o que seria não apenas um recuo desta Casa, mas também o desperdício de uma grande oportunidade de se trabalhar em benefício da população e da justiça mineira.

Por isso, estou aqui hoje, nobres colegas, para solicitar-lhes que aprovem, o quanto antes, o Projeto de Lei Complementar nº 50/2002, nas linhas gerais dadas pelas comissões e aprovadas em Plenário em 1º turno. Afinal, quanto tempo mais deveremos conviver com a precariedade de condições com as quais trabalham hoje os heróicos Defensores Públicos de Minas? Quantas manifestações públicas deverão ainda fazer os Defensores e a sociedade para sensibilizar o Governo e os Deputados? Quanto tempo mais irá o povo aceitar essa situação, em que a justiça não consegue alcançar aqueles que dela mais necessitam? Quanto tempo mais se abdicará da violência privada em prol da justiça estatal?

Respondo-lhes eu mesma, Deputados, como imagino que V. Exas. também já tenham respondido: agora é a hora de pôr um fim em tudo isso. Agora é a hora de dotar nosso Estado de uma Defensoria Pública que Minas merece. A Assembléia, que demonstrou o devido comprometimento durante a tramitação da proposta, deve agora aprovar o Projeto de Lei Complementar nº 50/2002 na forma do 1º turno.

Nossa Constituição garante o acesso à justiça aos necessitados por meio da isenção de custas e da assistência jurídica gratuita prestada pela Defensoria. Sei que alguns parlamentares podem estar sofrendo pressões para não aprovar o projeto no 1º turno, mas tenho comigo que agora se trata de uma questão de prioridades, e a prioridade há de ser o cumprimento da Constituição.

Por isso, renovo meus apelos: assumamos nossas responsabilidades, votemos, aprovemos de uma vez a merecida lei orgânica de nossa Defensoria Pública.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui estão vários Defensores Públicos, retomando a conversa com nossos Deputados para que aprovemos o projeto de lei complementar em 2º turno da forma como o aprovamos em 1º turno. Vimos, Srs. Defensores, uma verdadeira e grandiosa boa-vontade desta Casa na aprovação em 1º turno, e preocupa-nos este momento difícil da Assembléia, em que a grande maioria dos parlamentares está trabalhando suas bases no interior para garantir sua reeleição. Portanto, se não conseguirmos aprovar o mais rápido possível, ainda este mês, o projeto em 2º turno, possivelmente as dificuldades serão maiores.

Conheço bem a Defensoria Pública, assim como todo o trabalho feito, ao longo dos anos, por esses abnegados profissionais, e, em seu nome, quero conchamar o Sr. Presidente para colocar em pauta, em 2º turno, o projeto de lei orgânica da Defensoria Pública.

Sr. Presidente, a Defensoria Pública representa a cidadania e o atendimento ao pobre. Trata-se de um direito constitucional, constante na nossa Carta Magna. Não queremos acreditar que o Sr. Presidente e a base do Governo nesta Casa não estejam com esses grandes profissionais, homens e mulheres que, dia e noite, estão presentes nas varas cíveis e criminais, nas delegacias e nos juizados especiais, buscando atender ao povo pobre deste Estado, que foi levado à pobreza devido à péssima distribuição de renda neste País. Mais uma vez solicito aos grandes Defensores que estão lotando as nossas galerias que continuem nessa caminhada. Procurem cada parlamentar, o Líder do Governo, o Presidente desta Casa e a Secretária da Justiça, para que esse belíssimo trabalho realizado até agora não fique pelo meio do caminho. Não podemos desperdiçar o nosso tempo e o nosso esforço. Desde o primeiro dia em que aqui chegamos, estamos lutando pela lei orgânica da Defensoria Pública.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte)* - Deputada Elaine Matozinhos, receba meu apoio e o da Bancada do PMDB nesta Casa a nossa compreensão e, mais do que isso, a garantia de que estamos ao lado dos nossos Defensores Públicos. Estamos ao lado das leis e de um acordo maior e melhor, para que possamos desenvolver esse trabalho com a comunidade mineira.

Estamos passando por um momento pré-eleitoral, e o tempo é exíguo. Temos de trabalhar com todo o empenho para trazer a Plenário esse projeto. É importante que as pessoas saibam que se o parlamentar, vez ou outra, não está presente, não quer dizer que esteja de papo para o ar, fazendo absolutamente nada. Isso significa que está extremamente ocupado. O Estado possui 853 municípios. E, como não há voto distrital, somos representantes de todos eles. Portanto, é extremamente difícil conciliarmos este momento eleitoral com as nossas atividades. O caminho já foi mostrado por V. Exa. Quantos são os interessados nessa matéria? Quantos familiares eles têm? Seguramente, todos conhecem um Deputado amigo da família. O caminho é procurar cada um dos 77 parlamentares. Não precisam procurar o Deputado Márcio Cunha, porque votarei com a Deputada Elaine Matozinhos e com os demais companheiros.

A Deputada Elaine Matozinhos* - Agradeço ao Deputado Márcio Cunha sua compreensão e seu empenho.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* - Parabenizo V. Exa. pelo brilhante pronunciamento. Independentemente de estarmos perto do recesso, este é um dos momentos mais importantes do parlamento mineiro. Estamos ansiosos para que o Projeto de Lei Complementar nº 50 venha da mesma maneira que os nobres companheiros presentes estavam ansiosamente aguardando. Temos certeza de que esta Casa não haverá de lhes faltar, pelo respeito e pela dignidade de todos.

Há necessidade de conscientização. Faça um apelo veemente à Mesa Diretora, a todos os Líderes dos partidos, ao Líder do nosso Governo e a todos os Deputados, a fim de que seja efetivamente cumprido o que foi assumido junto ao Governo Itamar Franco, para que o Projeto de Lei Complementar nº 50 seja votado ainda neste primeiro semestre. Somente unidos nesse trabalho de sintonia e de respeito à Defensoria Pública resgataremos a dignidade que merecem.

Tenho certeza de que esta Casa e os nobres pares não hão de faltar neste momento, um dos mais importantes para o povo mineiro, para os mais necessitados. Parabenizo V. Exa.

A Deputada Elaine Matozinhos* - Obrigada, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Não temos dúvida, como grande advogado que é, de que sabe da importância da Defensoria Pública, até para fazer contraponto com o Ministério Público, uma grande instituição. Não podemos ter de um lado uma instituição forte e de outro uma fragilizada, que muitas vezes tem dificuldade até mesmo com materiais para desenvolver o seu trabalho.

Portanto, em nome do povo carente, em nome das mulheres violentadas, em nome do povo de Minas Gerais, fazemos um apelo ao Presidente desta Casa para que coloque em pauta o Projeto de Lei Complementar nº 50. Fazemos um apelo também ao Líder do Governo, para que esteja conosco, com a base de Governo votando favoravelmente nessa caminhada. Fazemos, ainda, um apelo ao Sr. Governador do Estado e à Secretária de Justiça para que estejam conosco e não criem nenhum empecilho nesse grande trabalho feito até agora, a fim de que possamos votar em 2º turno o projeto de lei complementar, como foi em 1º turno. Que Deus nos proteja! Que Deus proteja os carentes! Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Cunha* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores que nos visitam, Srs. Defensores Públicos, telespectadores da nossa TV Assembléia, dois assuntos trazem-me hoje a esta tribuna. O primeiro deles é fazer um apelo aos companheiros Deputados Estaduais, para que não se ausentem de um ciclo de debates que realizaremos aqui, neste Plenário, no dia 5 de julho, na parte da manhã, quando iremos discutir com toda a diretoria da UNALE - para quem não sabe a UNALE é a União Nacional dos Legislativos Estaduais, que congrega os Deputados Estaduais de todo o País - uma questão extremamente importante para nós, legisladores estaduais do País inteiro e, especificamente, para aqueles que, à minha semelhança, têm lutado para aumentar o nosso poder legislativo.

Como ex-Vereador por Belo Horizonte durante quatro mandatos, portanto 16 anos, e hoje Deputado de primeiro mandato, tenho levantado uma bandeira nesta Casa - que levei à UNALE: promovermos uma mudança na Constituição Federal, de modo a resgatar as reais prerrogativas dos legisladores estaduais. A comunidade desta Assembléia não tem a informação de como esse Poder é limitado para fazer determinadas leis. Por exemplo, não podemos legislar sobre trânsito, sobre uma série de matérias importantíssimas para estes Países, por força da nossa Constituição, que colocou os parlamentos estaduais entre o Congresso Nacional e as Câmaras Municipais. Cheguei a desabafar dizendo que, como Vereador, me realizava melhor do que como Deputado. Portanto, no dia 5 próximo, discutiremos, juntamente com diversos segmentos da sociedade organizada, quão importante é modificarmos a Constituição Federal, para dar aos parlamentos estaduais competências e prerrogativas que os transformem, cada vez mais, em representantes da sociedade.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte) - Estamos acompanhando o pronunciamento de V. Exa., em que narra sua trajetória de Vereador a Deputado Estadual, e o vejo, ainda que Deputado de primeiro mandato, trabalhar com muita competência e determinação. Isso só ilustra e abrilhanta a atuação de nosso partido, o PMDB, nesta Casa.

Aproveito a oportunidade do pronunciamento de V. Exa. para fazer uma referência importante. O Governador Itamar Franco, que cumpriu, em grande parte, seu compromisso com o funcionalismo, deixou dois setores carentes de uma decisão. Tenho confiança em que o Governador, ainda neste ano, irá resgatar esses dois setores que ficaram pendentes de solução. Refiro-me, em primeiro lugar, ao setor da saúde. A Secretaria de Estado da Saúde ficou para trás, com uma remuneração indigna, abaixo daquilo que se espera, abaixo dos níveis de outras secretarias congêneres. Portanto, a proposta de 30% de adicionais para a gestão do SUS é importante para resgatar a dignidade e melhorar a auto-estima dos funcionários da Secretaria da Saúde. Em recente conversa com o Secretário Carlos Patrício, percebi muita boa-vontade em viabilizar o plano de carreira definitivo e em dar esse aumento emergencial para a categoria. Incorporo-me à luta dos funcionários da saúde neste momento, esperando que, até o final do ano, tenhamos resolvido essa questão.

Quanto ao outro segmento a que me referi anteriormente, estamos acompanhando-o desde o primeiro dia do Governo Itamar Franco. Acompanhei-o mais de perto quando estava na Secretaria da Justiça e de Direitos Humanos. Estou falando da situação da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. A verdade, Sr. Deputado, é que não podemos ter uma Defensoria Pública atrelada ao Poder Executivo. Buscamos a independência da Defensoria Pública, como uma forma de ela atuar junto aos hipossuficientes, aos mais pobres, aos carentes de assistência judiciária. A Defensoria Pública tem de estar no mesmo nível, no mesmo patamar do Ministério Público, com autonomia para defender aqueles que buscam a justiça gratuita, aqueles que buscam a assistência judiciária.

O projeto que tramita nesta Casa não está dando essa independência, mas apenas criando um plano de carreira, a função de Defensor Público, dando a autonomia necessária para que o órgão tenha condição de bem atuar. Por essa razão, a tarde de hoje poderá ser vista como histórica, se conseguirmos aprovar o projeto de interesse dos funcionários da área da saúde e o dos Defensores Públicos de Minas Gerais. Recomendamos àqueles que acompanham esta votação a buscar os Deputados em seus gabinetes, em suas casas, em suas cidades, para que venham votar, praticando ação de justiça e sabedoria, a fim de resgatar a dignidade desses segmentos do funcionalismo público mineiro. Obrigado.

O Deputado Márcio Cunha* - Agradeço-lhe o aparte, Deputado Luiz Tadeu Leite, fazendo minhas suas palavras. Amanhã, às 17h30min, tenho encontro marcado com o Secretário da Saúde, Gen. Carlos Patrício, ocasião em que levarei nossa preocupação, solicitando-lhe que some esforços conosco para a aprovação desse projeto.

Foi de nossa autoria uma emenda incluindo a solicitação de solução para o problema do pessoal da SETASCAD, que se encontra desestimulado em razão do salário e da jornada de trabalho. Seria uma forma de resgatar a carreira desses servidores, a fim de que possam continuar prestando importante serviço à comunidade.

Ontem, consagramos nossa Deputada Federal, das mais votadas, Maria Elvira, como companheira de chapa do nosso glorioso PMDB. Foi um dia importantíssimo para todos, pois a companheira, que se encontrava decidida a não ser mais candidata a nada, aceitou o desafio. A companheira encontrava-se desalentada com nossa política, pois hoje os políticos sérios têm mais dissabores que alegrias. A Deputada Federal Maria Elvira é uma pessoa honrada, idealista, e é uma honra para nós, do PMDB, uma imensa alegria contar com a sua participação. À semelhança do nosso candidato a Governador, o Vice-Governador Newton Cardoso, a Deputada Federal Maria Elvira, assim como eu, é um dos fundadores do PMDB de Belo Horizonte, originário da fusão do PP, de Tancredo Neves à época, com o MDB, de Itamar Franco. Assistir ao que hoje se nos apresenta, no momento em que comemoramos o pentacampeonato, faz-me lembrar daquele episódio, salvo melhor juízo, ocorrido com Garrincha, na Copa de 1962, quando o técnico Aimoré Moreira, mostrando-lhe um mapa, disse-lhe: "Garrincha, aqui estão os três beques. Você deverá passar por eles, ir à linha de fundo e cruzar para o Vavá ou para o Pelé". Ao que ele, na sua simplicidade, respondeu: "Mas, Aimoré, isso está combinado com a defesa adversária?".

O que acontece na política, hoje, está combinado com o eleitor? Ou o eleitor vai se indignar com esta falta de referência ideológica, com esta falta de qualquer sentido político? É sigla para cá, é sigla para lá, é uma verdadeira dança das letras. Mas nós, do PMDB, saímos com chapa puro-sangue. Tenho orgulho da chapa que estamos apresentando à sociedade mineira, a qual, antes de tudo, é composta por pessoas fiéis ao PMDB e que, sem dúvida alguma, têm uma linda história para contar.

O Deputado Dimas Rodrigues (em aparte) - Deputado Márcio Cunha, quero cumprimentá-lo por seu belíssimo trabalho, com três mandatos de Vereador e um como parlamentar brilhante nesta Casa.

Sou solidário aos funcionários da saúde. Sabemos como é difícil para eles, que lutam em prol da saúde dos irmãos em Minas Gerais, receber o que recebem. Então, é mais do que justo apoiá-los. A Bancada do PMDB vai fazer como o Deputado Luiz Tadeu disse: buscar os Deputados em seus gabinetes, trazê-los ao Plenário e votar os 30%, o que significa fazer justiça a esses funcionários que lutam por amor à causa.

Quero também ser solidário aos Defensores Públicos. Sou do interior. Fui Prefeito de Janaúba e sei como é importante o trabalho do Defensor Público em nossa cidade. Os irmãos que lutam com dificuldade não têm um advogado para defendê-los, e os Defensores Públicos podem dar-lhes apoio. Então, Deputado Márcio Cunha, precisamos votar, em 2º turno, esse projeto tão importante, que cria mais cargos na Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

Cumprimento-o ainda por sua fala sobre o PMDB, sobre o futuro Governador de Minas, o Sr. Newton Cardoso. Ele foi muito feliz ao lançar a dinâmica, a guerreira, a batalhadora Deputada Maria Elvira como candidata a Vice. Sabemos que Maria Elvira é uma parlamentar brilhante,

uma parlamentar internacional, que defende o Brasil lá fora.

E quero dizer que também é brilhante o Senador Hélio Costa, que lutou, por duas vezes, pelo Governo de Minas e agora vai defender Minas Gerais no Senado Federal.

Parabéns, Márcio Cunha. Vamos lutar junto com os Defensores, aprovando seu projeto em 2º turno, e junto com os funcionários da saúde.

O Deputado Márcio Cunha* - Obrigado, ilustre Deputado Dimas Rodrigues. Solicito, Sr. Presidente, que faça constar nos anais desta Casa, na ata dos trabalhos de hoje, que a Bancada do PMDB, nesta tarde, sente-se gloriosa, sente-se extremamente feliz, porque a companheira Deputada Federal Maria Elvira aceitou o desafio de ser Vice. Resta ao PMDB arregaçar as mangas e trabalhar, como sempre tem trabalhado, a favor do povo do Brasil e do povo mineiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários da Casa, imprensa, telespectadores da TV Assembléia, senhoras e senhores que ocupam as galerias em defesa dos respectivos projetos, a violência e a criminalidade vêm assumindo proporções insuportáveis em nossos dias. O noticiário recente dá conta de um verdadeiro "estado de guerra", com operações audaciosas, como a que danificou o prédio da Prefeitura do Rio de Janeiro e como a execução, pelo comando do tráfico, do jornalista Tim Lopes.

Mas não é preciso ir longe para constatar a dura realidade que tanto nos aflige. Denunciei, há poucos dias, em Plenário, os muitos assaltos que vêm ocorrendo nas imediações desta Casa, vitimando vários dos nossos servidores.

Na última terça-feira, um adolescente foi encontrado morto, barbaramente espancado e desfigurado, aqui, ao nosso lado, próximo da Igreja de Fátima. Ao que parece, o crime foi consequência de briga de turmas de moradores de rua ou de acerto do comércio de drogas.

Hoje já não se pode sair com celular, já não se pode sair de carro, a menos que seja todo blindado, pois somos todos vítimas em potencial dos assaltantes e dos seqüestradores. A insegurança é tamanha, que não nos sentimos tranquilos sequer em casa, ainda que equipada com cercas elétricas, alarmes e outras precauções.

Alguns dos Deputados desta Assembléia estão sofrendo ameaças, por isso mesmo vêm adotando medidas que acabam por restringir a sua liberdade, como o uso de coletes à prova de balas e precauções especiais nos seus deslocamentos. Tudo isso porque investigaram o crime organizado, na CPI do Narcotráfico. Está emergindo um Estado paralelo, em que as ordens partem da criminalidade, em que o cidadão de bem vive atrás de grades e o infrator circula livremente. É a total inversão de valores, que ameaça seriamente os Poderes constituídos e o cidadão.

É preciso buscar a adoção de medidas urgentes, que atuem sobre esse estado de coisas, dando à sociedade uma resposta eficaz em relação à segurança pública. Tais medidas não podem ser apenas de natureza policial. A segurança pública é todo um conjunto, que deve ser harmonioso e integrado.

É pertinente lembrar aqui o "efeito funil" descrito pelo pesquisador da Fundação João Pinheiro, Prof. Luiz Flávio Sapori, em sua dissertação de mestrado: "Em Minas Gerais, entre os anos de 1995 e 1999, de cada 100 crimes registrados, em média, pela Polícia Militar, apenas 13 foram investigados via inquérito policial e somente 8 resultaram em sentenças".

Poder-se-ia perguntar quantas dessas sentenças foram cumpridas, e em que condições.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Quero parabenizar V. Exa. pelo assunto em pauta e ajudar com um comentário que fiz nesta Casa. A juventude belo-horizontina assistia ao penúltimo jogo do Brasil no telão da Savassi, quando houve uma quebradeira, uma baderna, um arrastão, uma briga de gangues. E o que aconteceu? O Ministério Público, que fica ao lado da Praça Carlos Chagas, como V. Exa. lembrou muito bem, em vez de pedir à Polícia Militar, à Polícia Civil, ao Exército ou a quem quer que fosse segurança para a população, proibiu o telão.

Houve um assassinato na praça e, em vez de o Ministério Público pedir a sua apuração, vai proibir as pessoas de vir até a Assembléia. Disse, naquele dia, que daqui a pouco já não poderemos sair de casa, porque o Ministério Público, em vez de bater no peito e dizer que é o guardião da lei, proibiu os jogos das maquininhas, ou melhor, proibiu a Loteria do Estado de Minas Gerais de arrecadar com elas; o problema está em que continuam funcionando normalmente, deixando o Estado de receber R\$35.000.000,00.

Estou dizendo isso porque, se o Ministério Público, em vez de proibir o jovem de ir à Savassi, de proibir o telão, de pedir segurança, mandasse prender ou trabalhasse pela moralização, e aplicasse o dinheiro desse imposto que aí está na segurança, teríamos o dobro de segurança.

Fica mais uma vez o nosso protesto, em nome da juventude belo-horizontina sadia que estava na Savassi e que ainda consegue sair de casa, mas que, se depender do Ministério Público, não vai sair mais. Proibir o telão é fácil, mas o povo mineiro, como V. Exa. disse, quer é segurança. Não podemos deixar os costumes da bandidagem do Rio de Janeiro chegar a Minas Gerais. Se deixarmos, daqui a pouco teremos granada nesta Casa ou na Prefeitura. Devemos fazer um esforço concentrado. V. Exa. está de parabéns por ter levantado um tema dessa natureza. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Agradeço o aparte de V. Exa.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 87, ora em análise, propõe uma composição ampla e bem-representativa da Câmara de Gestão de Defesa Social, de modo a envolver todos os órgãos responsáveis pelo sistema de justiça criminal.

Quero cumprimentar a Mesa da Assembléia pela composição da Comissão Especial, integrada por parlamentares com grande experiência no assunto, que conduzirão com proficiência o debate inaugurado em audiência pública, recebendo e aproveitando as propostas que deverão surgir.

Conclamo a sociedade, que vem sofrendo com a insegurança e a intranquilidade, conclamo os órgãos da imprensa, que são testemunhas da criminalidade crescente e, agora, também vítimas delas, conclamo os diversos setores ligados à segurança pública para a importante contribuição nessa tarefa de desenhar um novo modelo de defesa social e assegurar dias mais calmos para todos nós.

Enquanto se discute e se aperfeiçoa o parâmetro para a criação do sistema de defesa social, que as nossas polícias trabalhem de forma

integrada, otimizando os recursos e colocando a serviço da coletividade sua experiência e sua reconhecida capacidade.

A Deputada Elaine Matozinhos (em aparte)* - Nobre Deputado Doutor Viana, quero parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento. Antes, quero dizer aos nossos trabalhadores da saúde que o PSB também está com vocês nessa caminhada.

Doutor Viana, em relação ao que nosso colega e amigo Deputado Alencar da Silveira Júnior disse sobre proibições do Ministério Público, devo afirmar, na realidade, que essa instituição não proibiu, apenas recomendou, o que faz uma diferença muito grande. Esclareço isso para que não haja confusão quanto à posição de nosso grandioso Ministério Público de Minas Gerais.

De todo esse esforço que temos feito - do qual V. Exa. participa, de forma muito firme -, grandes mudanças poderão vir, e para melhor. Mas, neste momento, quando se fala da questão da violência, lembro que os comandos das instituições - o nosso Secretário da Segurança Pública, Dr. Márcio Barroso Domingues, e o nosso Comandante-Geral da Polícia Militar, Cel. Álvaro - não têm medido esforços para fazer com que as polícias de Minas continuem como as melhores do Brasil, como as vitrines do País.

Querido Deputado, hoje estamos nada mais nada menos do que atacando conseqüências, porque causas de violência não cabe a nós, policiais, combater. É muito importante o que V. Exa. disse sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 87. A aprovação da lei da Defensoria, com melhor distribuição da renda e diminuição da miséria, estará ajudando muito às Polícias Civil, Militar e Federal e a nossa sociedade. Parabéns. Deus o abençoe!

O Deputado Doutor Viana - Agradeço o aparte da nobre colega. Quero, na condição de médico que convive com as dificuldades do pessoal da área da saúde de nosso Estado, oferecer - e é uma redundância - nosso apoio e nossa solidariedade ao que é solicitado por vocês, trabalhadores da saúde. Não é favor nenhum, mas uma obrigação, defendermos vocês com muito ardor e muita veemência. Se entrarmos no período eleitoral, dificilmente vamos conseguir avançar. Na concepção da Lei de Diretrizes Orçamentárias, será instituído um acréscimo financeiro ao Estado, e parece que a Lei de Responsabilidade Fiscal o proíbe, até 180 dias antes do encerramento do mandato de um governo executivo, seja municipal, seja estadual, seja federal. É assim também para os Defensores Públicos, igualmente nessa luta árdua e antiga, reivindicando o reconhecimento da categoria e um salário digno para a execução do trabalho honroso e importante que fazem. Continuaremos unidos na defesa desse projeto de vocês.

Como disse o grande escritor mineiro Guimarães Rosa: "A vida é assim, esquentada e esfria, aperta e afrouxa e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem". De alguns, porém, essa coragem exigida pela vida tem que ser multiplicada. A profissão também exige muita coragem, pois põe em risco a própria vida. Refiro-me aos valorosos bombeiros militares de nosso Estado.

Desde a chegada da primeira Bomba Automóvel NAG equipada e a formação da primeira turma de bombeiros, em 1913, Minas vem aprendendo a admirar a dedicação e o heroísmo desses profissionais.

Incorporado à Polícia Militar em 1975, o Corpo de Bombeiros ganhou autonomia em 1999, quando se tornou o Corpo de Bombeiros Militares do Estado de Minas Gerais. Os atos de bravura, que nos emocionam, são freqüentes. São resgates arriscados, em grandes alturas, nas correntezas dos rios, em locais de difícil acesso; são salvamentos em meio às chamas, enfrentando fumaça, calor, os riscos inevitáveis. Esses atos, no entanto, são apenas uma parte da rotina dos bombeiros. O seu dia-a-dia envolve muito preparo físico, treinamento de métodos e táticas, um aperfeiçoamento constante. É trabalho duro, que requer muita disciplina e determinação. O bombeiro militar sabe conciliar esse lado mais áspero da sua profissão com um ideal e uma vocação para o senso humanitário e com a sensibilidade. Em sua missão, ele convive com a aflição daqueles que socorre, com a dor dos vitimados e seus familiares. Convive com toda sorte de dramas humanos, muitos deles psicológicos, como no salvamento em tentativas de suicídio. Nesses casos, ele age com o coração, despertando a confiança de quem dele necessita, convencendo-o a desistir de seu intento. Em algumas ocasiões, o desfecho de seu trabalho chega a ser aplaudido por populares, tamanho o desvelo e a eficiência de suas ações. Esse aplauso, no entanto, deve ser estendido a todos os momentos da missão do bombeiro militar. Essas, as razões da reunião especial que será realizada esta noite.

Quero cumprimentar a Presidência desta Casa, que oferece ao povo mineiro a oportunidade de homenagear essa corporação, e o Deputado Sargento Rodrigues, pela feliz iniciativa.

Quero manifestar minha admiração pela bravura e competência dos nossos bombeiros militares e o orgulho de todos os mineiros em poder contar com esses "anjos da guarda", de quem a vida pede muito mais do que coragem exige o amor sem limites ao seu semelhante e a dedicação incondicional, a ponto de expor sua própria vida. Parabéns ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, especialmente a TV Assembléia, que acompanha diariamente os nossos trabalhos aqui na Casa, num gesto de transparência do Poder Legislativo mineiro, TV essa criada em 30/11/95, convidados das galerias, a minha fala de hoje se destina à leitura de um bellissimo artigo publicado ontem na página de editoriais do jornal "Estado de Minas". Eu, como parlamentar cuja posição convicia na área internacional é conhecida aqui na Casa e que freqüentemente se manifesta a respeito de assuntos que dizem respeito ao nosso planeta, não poderia deixar de ler, aqui, um artigo escrito pelo Prof. Délcio Vieira Salomon, aposentado da UFMG. Esse artigo traduz, especialmente para mim, uma sintonia de pensamentos. Pensamento esse que tenho expressado da tribuna da Assembléia e que é, muitas vezes, mal interpretado e distorcido. Por isso mesmo, quando tenho a oportunidade de ler um artigo do gabarito deste, tenho que reproduzi-lo para ficar nos anais da Assembléia Legislativa. Poderia fazê-lo por meio de mero requerimento, mas quero dar a ele a emoção que sinto ao lê-lo. O artigo se intitula "Nós e os Estados Unidos da América". (- Lê:)

"Corre pela Internet discurso de Fidel Castro em comemoração aos natalícios de 14/6: os de Maceo, herói 26 vezes ferido e participante em mais de 800 ações de guerra, e Che Guevara. Embora separados por 83 anos, ambos selados por um destino comum: o sangue derramado para evitar que o império norte-americano se apoderasse da América Latina. A todo cidadão latino-americano, notadamente ao brasileiro, consciente dos fatos que têm marcado a história contemporânea, hão de calar fundo estas palavras de Fidel: 'O domínio imperialista americano quer nos fazer voltar ao sistema colonial, ao sistema feudal ou ao sistema escravista, abolidos já há muito tempo pela história'.

Estranhamente, há muito já sentimos na pele a mais perversa forma de domínio e colonização norte-americana: a de nos governar através da ideologia. No tempo da ditadura militar, de 64 até o final dos anos 70, impuseram-nos a ideologia da segurança nacional. Agora, a da dependência da grande nação, ou seja, a aceitação de sua hegemonia de maneira submissa e caudatária. Exigiram de nós, sem crítica nem resistência de nossos governantes, o acatamento ao Consenso de Washington e ao capitalismo selvagem, travestido de neoliberalismo.

Tão senhores de nós a ponto de um de seus mais autênticos representantes, o megainvestidor, megaspeculador Soros declarar: 'Os brasileiros não votam em seu candidato a Presidente, quem vota são os EUA'. Abrimos um parêntese para dizer que essa afirmativa de Soros foi publicada recentemente, em meio a esta turbulência econômica que afeta o Brasil nos últimos dias.

Tradução do Prof. Salomon: "Não adianta votar em Lula, quem vai ser escolhido pelos EUA é o José Serra. Ainda que tenham que recorrer a seu estranho e oculto poder, da maneira mais disfarçada, como sói acontecer com a ação de sua inteligência. Foi assim contra Jânio Quadros e contra Jango. Foi assim com os militares no poder e com Sarney, após a estranha morte de Tancredo, e também com Collor. E, para reparar o hiato produzido pelos dois anos do nacionalismo de Itamar, tornaram a agir escolhendo FHC, com o suporte do supera-mericanófilo Pedro Malan.

Até a declaração de Soros, pensar dessa maneira poderia cheirar a paranóia, a xenofobia, a má-vontade com a grande nação, a desdém gratuito, quando não sentimento de inferioridade diante de seu poderio. Atitude de socialistas derrotados ou frustrados e à margem da história.

Tenho conversado com muitas pessoas de bem e esclarecidas. O temor é generalizado: será que os americanos permitirão a vitória de Lula? Se Lula ganhar, permitirão sua posse? Se tomar posse, permitirão que governe? Se governar, será por quanto tempo? Para os EUA, Lula significa guinada para o socialismo ou, ao menos, ressurgimento de paradigmas socialistas no Governo. Para o obcecado 'establishment' americano, tudo o que cheira a social merece ser perseguido e destruído. Até no campo das ciências, em "A Imaginação Sociológica", Wright Mills confessou: 'O temor ao socialismo é tão forte em nossa classe dominante que conseguiram a façanha de trocar o nome das ciências sociais ('Social sciences') para ciências do comportamento ('behavioural sciences')'.

Mas há lição a tirar: se Lula causa temor aos EUA, é sinal de que representa realmente o começo de nossa redenção e a efetivação de nossa independência apenas proclamada em 1822. Uma esperança que não merece ser estiolada antecipadamente pela fúria capitalista do hegemônico Tio Sam. Caberá a nós impedi-lo".

Fechemos aspas e comentemos. Gostaria de dizer aos companheiros parlamentares, nesta oportunidade, que permaneço atento aos acontecimentos internacionais. Tenho me solidarizado, nesta Casa, com o Governo de Hugo Chávez, da Venezuela, que é, aparentemente, populista, mas incomoda aos Estados Unidos da América. É a hora de nós, brasileiros, compenetrarmos-nos da gravidade do momento. Aqueles que têm preconceito contra Lula devem fechar os olhos e votar sem medo. Os que têm ódio do PT devem limpá-lo de seu coração, pois estamos em um momento grave de nossa vida.

Conseguimos, com a ajuda de alguns setores da brasilidade, impedir que este País fosse espoliado do que resta de seu patrimônio público. Nesta Casa, boa parte de nós defende, com muito ardor, a presença de Furnas no patrimônio público nacional. Desejamos que a CEMIG, a CHESF e a Elettronorte Tucuruí permaneçam como Brasil. Esperamos que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal também permaneçam, porque somos diferentes da Argentina, que teve o seu patrimônio todo dilapidado e roubado. A Argentina está passando por uma crise, mas o Brasil é maior. Miremo-nos no exemplo dos nossos atletas, não apenas do futebol, mas também de várias modalidades, como o voleibol e o basquete. Já ganhamos um torneio internacional de basquete nos Estados Unidos, com o Oscar, e, no feminino, com a Hortência e a Magic Paula. Espelhem-nos no exemplo do nosso esporte, cujos atletas superam todas as dificuldades e adversidades, conseguindo vitórias impressionantes. Somos diferentes dos demais países, até da China, que é uma grande potência. Ela abre-se ao capital, com responsabilidade, em determinados momentos. O Brasil abriu as nossas portas para o capitalismo selvagem, desde o Governo Collor, com irresponsabilidade. O nosso País tem como regram a abertura do seu capital e pode até mesmo fechar as suas portas. Podemos ser independentes desse mundo globalizado, porque o Brasil não é qualquer nação. Possuímos um território fenomenal e continental. Temos potencialidades várias, clima tropical, água para beber e terra para plantar. Não somos como a maioria dos países, que depende dos outros, tendo de importar alimentos. Podemos produzir praticamente tudo neste País. E possuímos o mais importante dos bens neste momento: a água. Podemos até negociá-la. Por isso, lutamos contra a privatização do setor hidrelétrico, que significaria a entrega da nossa água para os grandes especuladores internacionais.

Aqueles que nos assistem pela TV Assembléia e os que estão presentes neste momento, conscientizemo-nos do papel importante que as eleições representam. O Brasil não precisa reestatizar aquilo que já foi doado para o grande capital internacional. A nossa grande e poderosa Companhia Vale do Rio Doce foi entregue ao capitalismo internacional. Como disse, no domingo, o Senador José Alencar, na convenção do PL, ela foi doada. Temos de preservar o que nos resta. Se o Estado ainda detiver em suas mãos algumas empresas poderosas, elas serão um cacife na mesa de negociação internacional. Se possuíssemos ainda a Vale do Rio Doce, ela seria outro trunfo nas nossas negociações. Além desse patrimônio, ainda nos resta a gana e a brasilidade. Temos a certeza de que, em breve, veremos pelas costas esse traidor que governou por oito anos o Brasil. O Presidente Fernando Henrique Cardoso pediu aos brasileiros que se esquecessem de tudo o que falou e escreveu. Em meu primeiro mandato como Deputado nesta Casa, já dizia que o seu nacionalismo era moribundo. Para mim, hoje, está sepultado.

Na verdade, precisamos nos dar as mãos e afastar os preconceitos e os problemas pessoais e partidários, para que possamos eleger aquele que tem a grande perspectiva de ser eleito Presidente da República, em uma coligação, direcionada ao centro, com o nosso PL, que tem pessoas muito mais progressistas do que certos partidos considerados de esquerda. Obrigado.

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas - senhores funcionários da saúde, podem contar com o Deputado Dimas, podem contar com a Bancada do PMDB -, imprensa, assessoria da Casa, demais senhores que ocupam as galerias, a imprensa mineira tem dedicado algumas páginas para tornar público o estado de calamidade em que vivem os nossos produtores rurais. Temos notícias de que, dos contratos firmados pela agência do Banco do Nordeste de Janaúba, cerca de mil serão objeto de execução nos próximos dias. Não sabemos precisar, no momento, qual o índice de inadimplência em toda a região Norte de Minas e do Jequitinhonha, mas, tomando por base a cidade de Janaúba, certamente esse número é bem mais elevado.

Isso leva à reflexão sobre dois aspectos em relação ao Governo Federal e às suas propostas para os próximos anos. Em primeiro lugar, qual é o significado do programa de saneamento rural, já que foi criada a expectativa nos produtores rurais de que poderiam renegociar seus débitos até o dia 30/6/2002? Em segundo lugar, por que o Governo Federal insiste em promover o desemprego, a miséria e a insegurança no meio rural?

A propósito, recebi correspondência do Sr. José Soares de Oliveira, mais conhecido como "Zé de Pelonho", Presidente da Associação dos Moradores da Região de Baixa do Charquinho, no Município de Francisco Sá.

O Sr. "Zé de Pelonho", em linguagem bem mineira, faz chegar a esta Casa, por meu intermédio, o seu clamor, dizendo: (- Lê:)

"Sr. Deputado Dimas, por aqui a coisa não anda muito boa. Desde que os financiamentos foram cortados para nós, associados e produtores, não se fala mais em investimentos. A cidade onde entregamos os nossos cultivos é a pacata cidade de Francisco Sá, logo ali, a 45 km de Montes Claros. Dificilmente a cidade está sendo beneficiada com os produtos do campo. Por exemplo, o comércio, que costumava comprar grandes quantidades de feijão, milho, farinha e café, entre outros, e os hortifrutigranjeiros - tomate, abóbora, batata, aves abatidas -, os queijos, os doces, enfim, todas as belezas que somente o campo produz, ou produzia, por aqui não se vê mais. Muitos comerciantes têm de sair para comprar fora, gastando muito e tendo de vender as mercadorias a preços absurdos, tendo prejuízos, porque os consumidores não arriscam comprar o que é caro.

Deputado Dimas, a coisa por aqui não anda nada fácil. Sem produzir, não há como sustentar nem como sobreviver. O gasto de energia elétrica está cada vez mais caro. Muitos estão sem energia, pois não têm como pagar porque não produzem. E como vamos semear os dentes de alho sem os recursos dos agentes financeiros? Os Bancos não liberam mais as verbas devidas para os pequenos produtores, mas liberam para os

grandes, e esses grandes estão cada vez mais endividados, dando prejuízos aos bancos, que, então, não querem liberar os empréstimos para o investimento."

Mais adiante, "Zé de Pelonho" diz: (- Lê:)

"Lembre-se de nós, fazendo seus apelos nos programas políticos. Que venham fazer-nos uma visita, para compreender a nossa calamidade, calamidade de um povo de mãos calejadas, mas honesto e cumpridor de seus deveres, que todo dia 1º de outubro, bem cedinho, já está nas portas da seção eleitoral para cumprir sua obrigação de cidadão, votar no candidato em que confia que vai ajudar, mas acaba sendo decepcionado, porque ninguém se lembra dos produtores.

Nós, aqui da região de Francisco Sá, somos mais de 50, contando filhos e esposas.

Estamos à disposição para qualquer reunião, debate ou apresentação de propostas, para a melhoria de nossa região."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse é o grito de "Zé de Pelonho", homem simples de Francisco Sá. Tenho a certeza de que muitos Zés de Pelonho estão mudos, sufocados, pelos recantos deste Brasil continental, perguntando-se por que um Governo que se diz tão inteligente ainda não conseguiu implantar uma política para a agricultura brasileira, principalmente para as regiões do semi-árido e para os pequenos produtores.

Nesta casa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, defendo, e sempre defendi, a idéia de que o investimento certo de qualquer governo é a agricultura. Nem o Governo Federal nem o Governo do Estado liberaram sequer um fundo de aval. Não vemos nenhuma boa-vontade, por parte desses Governos que aí estão, para com a agricultura, mas quero continuar gritando por esse povo, quero continuar defendendo a construção de barragens, a perenização de nossos rios, a implantação de um programa para a agricultura mineira, com linhas de crédito para os pequenos produtores.

A agricultura mineira está comprometida, os agricultores estão falidos. Mas não estão exauridos de esperança, e isso fica demonstrado na carta que acabei de ler, de "Zé de Pelonho".

Fica aqui, mais uma vez, registrado o meu apelo a este "desgoverno federal", para que se lembre dos muitos Zés de Pelonho que existem no Brasil afora.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sempre defendi e comprovei a idéia de que, enquanto o Governo Federal não implantar uma política agrícola, não conseguiremos acabar com parte dos problemas sociais. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 9/7/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/03/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 2.198, de 2001, 2.232, de 2002, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Ermano Batista

exonerando Claudia Martins Oliveira do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Claudia Martins Oliveira para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas.

Gabinete do Deputado Kemil Kumaira

exonerando, a partir de 1º/7/2002, João Augusto Fernandes Sobrinho do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

nomeando Marinho Gonçalves da Rocha para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo:

exonerando Isabela de Oliveira Melo Franco do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Isabela de Oliveira Melo Franco para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas.

TERMO DE ADITAMENTO

Convenientes: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e Sistema FIEMG-CIEMG-SESI-SENAI-IEL. Objeto: licenciamento para a exibição das séries do Telecurso 2000 em Teleposto implantado nas dependências da ALMG. Objeto deste aditamento: ampliação do objeto. Vigência: até 18/3/2002.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de São João da Ponte. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do referido município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos da art.17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.